

Presidência da República
Secretaria Especial dos Direitos Humanos

*ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSSIMA ASSEMBLÉIA
ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –
CONANDA*

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e cinco, às nove horas e trinta minutos, no Auditório do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Bloco “A”, Esplanada dos Ministérios, foi realizada a 130ª Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. A abertura dos trabalhos foi feita pelo senhor presidente José Fernando da Silva, membro da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais/ABONG. Estiveram presentes os conselheiros: IVANILDO T. FRANZOSI - Casa Civil da Presidência da República; MARGARIDA MUNGUBA CARDOSO – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; CLEYDE DE ALENCAR TORMENA – Ministério da Educação; ENID ROCHA ANDRADE DA SILVA – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão; DEUZINEA DA SILVA LOPES – Ministério do Trabalho e Emprego; MÁRIO MAMEDE – Secretaria de Direitos Humanos; CRISTINA DE FÁTIMA GUIMARÃES – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; LAERTE RICARTE JUNIOR – Ministério da Previdência Social; ANDREA GIOVANNETTI - Ministério das Relações Exteriores; JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO – Ministério da Justiça; BEATRIZ HOBOLD – Pastoral da Criança; MARIA DAS GRAÇAS FONSECA CRUZ, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB; MARIA IZABEL DA SILVA – Central Única dos Trabalhadores; MARTA MARILIA TONIN – Ordem dos Advogados do Brasil; MIRIAM MARIA JOSÉ DOS SANTOS – Inspetoria São João Bosco/Salesianos; PEDRO VILMAR OST – União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE; ELISABETE BORGIANNI – Conselho Federal de Serviço Social; LODI UPTMOOR PAULY – Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente; RENATO ROSENO DE OLIVEIRA – Associação Nacional dos Centros de Defesa; ANTONIO PEREIRA DA SILVA FILHO – Confederação Geral dos Trabalhadores; HELDER DELENA – Fundação Abrinq Pelos Direitos da Criança; CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA – Fundação Fé e Alegria do Brasil; SIMONE MARIANO DA ROCHA – Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Justiça da Infância e da Juventude; TIANA SENTO-SÉ – Instituto Brasileira de Inovações em Saúde Social; LIUIZA TEREZA DIAS MARINHEIRO – Aldeias Infantis SOS Brasil; WALDIR PEREIRA – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; DORACY GOMES NONATO; Federação Nacional das APAES; GUITTY MASROUR MILANI – Assembléia Espiritual Nacional dos Baha'is do Brasil. O Sr presidente, José Fernando da Silva iniciou a reunião solicitando a apresentação de todos os participantes em virtude de ter vários conselheiros novos. Informou que a conselheira Alda justificou a sua ausência e o conselheiro representante do Fundo Cristão passou a ser o Sr José Luiz Estevão. Também foi informado que o Dr Mário Mamede tomaria posse neste momento na Sub Secretaria de Direitos

Humanos e foi designada uma comissão, composta pelo Presidente José Fernando e o conselheiro Renato Roseno, para representarem o CONANDA na solenidade. Em seguida, passou-se a reorganização da pauta acrescentando o ponto, Projeto de Ampliação do Período de Licença Maternidade Para Seis Meses e

transferindo a aprovação das atas para o dia seguinte. O Sr Presidente convidou para compor a mesa a Senadora Patrícia Sabóia e o Dr Dioclécio Campos, Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. A Senadora Patrícia falou sobre o Projeto de Ampliação do Período de Licença Maternidade Para Seis Meses. Disse que recebeu recentemente da Sociedade Brasileira de Pediatria e da Ordem dos Advogados do Brasil um projeto que cria a empresa cidadã, que tem como objetivo prorrogar a licença maternidade de 4 para 6 meses e que esse projeto não é obrigatório tendo como intenção criar uma nova cultura no país em relação a responsabilidade social também das empresas. Disse saber, ser esse um projeto polêmico por que ele vai tratar de incentivos fiscais, de renúncia fiscal do governo e que sabemos que o governo não tem cedido em relação a isso, que o projeto inclusive é voluntário, não obriga, mas busca criar a responsabilidade social dos empresários brasileiros que em troca receberão incentivos fiscais do governo. O custo por alto desse projeto, mostra que se todas as empresas do Brasil aderissem imediatamente ao projeto, seria em torno de 500 milhões de reais por ano. Por ser um projeto polêmico, solicita o apoio deste Conselho. O Dr Dioclécio falou que a SBP vem passando por transformações importantes, da condição de entidade médica com a qual foi criada, evoluiu progressivamente para a condição de parceira dos órgãos públicos, fornecendo a eles fundamentação técnica, para discussão e elaboração das grandes políticas que tem a ver com a saúde da criança e do adolescente, e que a primeira ação é a prorrogação da duração da licença maternidade. Falou sobre a importância do vínculo afetivo para o crescimento saudável da criança e que esse período de aleitamento materno permitiria a estruturação sadia e melhor desenvolvimento intelectual contribuindo para a normalidade plena do desenvolvimento infantil, diminuindo inclusive, a mortalidade, sendo este um direito que não poderá ser negado a criança brasileira. Foram abertas as inscrições e a conselheira Marta Tonin, disse que esta é uma campanha que devemos dar todo apoio por se tratar de um Programa Empresa Cidadã, no entanto gostaria de saber quem criaria a redação para o referido programa. A conselheira Júlia, parabenizou a senadora pela iniciativa, porém mostrou sua preocupação em relação às funcionárias públicas e empregadas domésticas que terão bebês, já que este projeto é um incentivo para empresas. Como garantir esse direito para todos? Da mesma forma, o conselheiro Pedro colocou também a questão das empresas jurídicas que não têm como deduzir imposto de renda. O conselheiro Antonio, disse que ao seu ver, poderia ser determinada também, obrigatoriedade para entidades sindicais e instituições que já detêm essa isenção da contribuição patronal. Já o presidente José Fernando, achou que poderia ser melhorada a redação do artigo 3º do projeto, para melhor entendimento. Esclarecendo, a senadora Patrícia disse que se procurou enxugar o máximo possível, de acordo com as recomendações da consultoria do senado, que é muito preparada. Algumas coisas que gostariam de ter incluído não foi possível porque não é de iniciativa do legislador e o caso das funcionárias públicas já se tornou um drama por não poder dar maior colaboração, mais alguma coisa deveria ser feita através do projeto aprovado para não se cometer injustiça e que no momento, o fundamental é criar essa nova cultura no país. Disse também que um dos primeiros passos na tramitação do projeto será uma audiência pública para que se possa discutir com o CONANDA e outras entidades essas questões para que possamos ter o melhor projeto possível. O Dr Dioclécio complementou dizendo que na sua concepção, isso era apenas o início e que sobre a questão da creche, o projeto tem como objetivo, o vínculo afetivo e não só a questão da amamentação. A conselheira Maria Izabel encaminhou proposta para que esse projeto fosse objeto de discussão imediata da Comissão de Legislação e que fosse feito um parecer do CONANDA colocando todos

os questionamentos, a ser enviado para a senadora com urgência. Não havendo outro encaminhamento, o presidente considerou a idéia aprovada. Nesse momento, deu oportunidade para mais alguns informes. O conselheiro Paulo Marques explicou que o Projeto de Lei de Aperfeiçoamento do Fundo Nacional chegou no Senado da Câmara e aproveitou a oportunidade para pedir o apóio de fazer o mesmo encaminhar dentro do senado. Conselheira Miriam – informou ter participado na última semana de julho de um curso de capacitação no município de Porto Nacional em Tocantins, pra falar sobre o Estatuo da Criança e do Adolescente, conforme relatório que já foi passado, trazendo consigo duas lembranças enviadas por eles que é uma camiseta e um tapete feitos pelos próprios meninos, para ser sorteado entre os conselheiros. Falou da importância desse evento para as pessoas que participam dos Conselhos Municipais, dos Conselhos Tutelares e dos Agentes Sociais desses municípios que são pequenos e que não contam com nenhuma capacitação na área do Estatuto da Criança e do Adolescente. Sugeriu a continuação dessa experiência para esses pequenos municípios. Conselheiro Fernando – dois informes: 1) Participação no Segundo Seminário Nacional da Caixa Econômica, onde foi discutido sobre Desafios e Estratégia, Articulação e Mobilização da Sociedade no que se refere aos objetivos do milênio e também tem um brinde pelo reconhecimento da parceria do CONANDA, é para sorteio, e é uma caneta. Disse que o mais importante nessa reunião foi saber que o movimento que houve no ano passado pelo CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar que era ter uma sistemática de reunião dos Conselhos Nacionais, é um movimento que continua e que ontem à tarde aconteceu a quarta reunião dos Conselhos Nacionais. Estão construindo um documento para entregar ao Ministro Luiz Dulce, com os objetivos, temas e metas de cada conselho e sete conselhos já apresentaram as suas contribuições. O Conanda terá que enviar até o final do mês as suas. Sugeriu que enviassem o Pacto Pela Paz como contribuição. A próxima reunião desse conselho será dia 27 de outubro onde a pauta será a consolidação desse documento, a apresentação e entrega da Agenda Nacional de Desenvolvimento. Na articulação entre os Conselhos Nacionais vem discutindo a realização de uma oficina para discutir Controle Social. A idéia é realizá-la em dois mil e seis. Foi criado um grupo onde o CONANDA será representado pelo presidente. A conselheira Maria Izabel sugeriu enviar outras ações além do Pacto Pela Paz. Outro informe dessa mesma reunião é o prêmio objetivo desenvolvimento do milênio onde as ONG's, Governos Municipais e Governos Estaduais também poderão concorrer. O Sr Presidente deu continuidade a reunião com a discussão sobre o Fundeb e o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente. Para compor a mesa foram convidados o Sr Flávio Araújo Barbosa – UNDIME e Paulo Egon – MEC. O Sr Flávio iniciou dizendo que não se pode falar em qualidade de educação, se não se pensar em melhorar no financiamento, as creches e a pré-escola porque os municípios menores têm dificuldades de fazer educação infantil como a LDB manda, com os recursos próprios e aqueles recursos transferidos ainda são ínfimos para o gasto, até porque os 10% que é usado restante do Fundeb, na maioria das vezes continua sendo usado no ensino fundamental e não na educação infantil como gostaríamos que fosse. Foi apresentada pelo Sr Flávio Barbosa a análise da proposta de emenda constitucional 415/2005, com as propostas da Undime onde, considerando as análises feitas, a Undime deliberou os seguintes pontos: 1) consideração das metas do Plano Nacional de Educação, como norte da política de expansão das matrículas na educação básica; 2) inclusão das creches da rede pública e as conveniadas (comunitária, filantrópicas sem fins lucrativos econômicos); 3) determinação dos valores de investimento por aluno, baseada em estudos concretos; 4) garantia dos atuais valores per capita mínimos para o

ensino fundamental; 5) garantia de um percentual fixo de complementação da União de acordo com o PIB; 6) permanência da vinculação dos recursos do salário-educação para o ensino fundamental apenas; 7) não desvinculação de receitas da União. A Undime elaborará proposta de emenda à PEC e buscará o apóio de entidades educacionais, de forma individual. Foi reiterada a luta pela defesa de uma educação pública de qualidade. O Sr Paulo Egon, disse que estaria neste momento mais para acompanhar o debate das discussões e apoiar no que fosse preciso. O Sr Presidente solicitou nesse momento, que o conselheiro Cláudio conduzisse os trabalhos retirando-se para comparecer à solenidade de posse do Dr Mário Mamede. O conselheiro Cláudio, na condição de presidente, abriu as inscrições para o debate já que o CONSED até o momento não se fazia presente. A Conselheira Ferial Sami – Questionou se essa seria uma competência do MEC e que a qualidade caiu muito depois que as creches saíram da responsabilidade da assistência social. Já o conselheiro Helder disse que ao seu ver, será necessário fazer uma correção na PEC para que sejam contemplados os direitos da criança. A conselheira Jane disse que há insuficiência de diálogo e que as creches saíram da área de assistência social para o MEC porquê o atendimento das crianças de zero a seis anos não se resume ao cuidar, é preciso incluir o educar. Na sua avaliação acha que a discussão até agora feita, foi de forma bastante superficial sem buscar os argumentos neuro pedagógicos pertinentes, necessários, que sejam incluídos nessa discussão. O Sr Flávio esclareceu de um modo geral que o MEC com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, ainda estão nessa discussão, do atendimento dessas crianças, no entanto a questão financeira não permite o avanço. Sobre o Fundeb disse que é importante o atendimento à família mais não tem recurso e que tanto o MEC como a Comissão de Educação da Câmara, estão favoráveis à inclusão das creches no Fundeb. Acha que, se são os deputados e senadores que vão votar, então temos que começar a trabalhar o político. O outro item é em relação a inclusão que o ministério da fazenda diz não ter recurso. Ele disse que tanto a pré-escola como a educação de jovens e adultos, estão no Fundeb progressivamente. Mais que os prefeitos não esperem ter recursos 100% em dois mil e seis. O conselheiro Cláudio interrompeu o debate para comunicar o recebimento de um fax enviado pelo CONSED, informando da impossibilidade de aceitar o convite para comparecer nesta reunião do CONANDA, por não terem chegado a um consenso de quem enviariam para representa-los. Prof Paulo Egon – Lembrou que a União entrou com a sua parte e está dando um salto que nunca aconteceu na história do país e está preocupada no que leva a discutir justamente outros fatores que envolvem a qualidade e as diferenças entre as diferentes etapas. O argumento que está sendo usado com muita ênfase no momento do debate, é que, os impostos próprios dos municípios estão fora e esses impostos têm que ser aplicados na educação. Dando continuidade a Sr^a Rita Coelho, do Movimento Inter Fóruns de Educação Infantil, a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, ressaltou a importância dos debates deste conselho, mostrando também a sua preocupação em relação a esse clima político de que *ninguém é contra*, questionando se não caberia uma reflexão sobre a constitucionalidade da exclusão das crianças de zero a seis, da distribuição dos recursos da educação e do pacto federativo. Disse ainda, que gostaria que o CONANDA pautasse a questão dos recursos da assistência, aplicados em creches comunitárias, como uma discussão diferente da do Fundeb. Conselheiro José Eduardo ponderou que quando o CONANDA indicou o prosseguimento do debate com essa reunião tinha uma avaliação feita pelo plenário, que era importante ter na mesa representantes dos secretários estaduais e dos dirigentes municipais. Propôs que se desse um aprofundamento de fato e não se repetisse tudo que já foi discutido na assembléia anterior. A outra questão colocada foi que não se deve

confundir as questões que estão em debate quando se fala do Fundeb. Falou enquanto representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, no CONANDA, que o compromisso é da garantia do serviço e da transição efetiva daquilo que é responsabilidade da educação. Conselheira Luisa, disse que a proposta para o Conanda é, o que temos de concreto para partirmos para a ação, se todos estão de acordo, se o problema não é mais financeiro, se queremos de fato qualidade, então temos que começar a trabalhar para poder avaliar essa qualidade. Conselheiro Pedro, ao seu ver a questão deve ser vista dentro de uma macro-estrutura econômica. Outra conselheira reforçou que se mais crianças vão ser atendidas, mais recursos deverão ser colocados. Prof Paulo Egon, ressaltou que a sensibilidade para a mediação para o equilíbrio e para a progressividade é o diálogo. Nós fizemos isso, nós dialogamos. Ao seu ver, a posição do governo não é rígida, e acha que esse diálogo já está vencido e agora temos que avançar. Sr Flávio, primeiramente, quis dizer que a UNDINE foi convidada para todos os encontros e aproveitou para agradecer. Disse que as dificuldades existem e acha que a solução é realizarmos essas reuniões, da UNDIME com a presença da Secretaria de Ação Social e da Secretaria de Educação do Estado, nos estados. Quando chegou à mesa, a discussão era a exclusão da creche e preferiu colocar na sua fala o que a UNDINE pensa só sobre a exclusão da creche. Disse que além do FUNDEB tem outros questionamentos, sobre a lei ter que mudar alguns itens e que alguns deles a discussão vai ser bem maior do que essa da creche. O conselheiro Cláudio prosseguiu para os encaminhamentos. 1) No dia 31 de agosto haverá uma mobilização no Congresso, da qual o Conanda já está participando; 2) O Conanda deverá solicitar urgente uma audiência com o Presidente da República; 3) A Comissão de Legislação, analisará sobre o aspecto jurídico, a inconstitucionalidade da exclusão e produzirá um documento; 4) Solicitar posição oficial do CONSEDE ao CONANDA; 5) Fazer contato urgente com a Frente Parlamentar através da Senadora Patrícia, para que possamos atuar e sensibilizar no Congresso. A Sr^a Rita reforçou a solicitação do MIEIB em relação a um posicionamento sobre a questão do FUNDEB e uma discussão sobre os recursos da Assistência, aplicados no atendimento de creches e pré-escolas comunitárias. O Conselheiro Cláudio encaminhou a referida solicitação para a Comissão de Políticas Públicas. Na seqüência, o conselheiro Cláudio passou a palavra para os palestrantes se despedirem agradecendo a todos pela participação. No dia 11 – O Presidente José Fernando iniciou a plenária com a apresentação das Atas. Em virtude de alguns conselheiros não terem conseguido mandar suas contribuições para as devidas alterações, o presidente propôs que fossem enviadas eletronicamente até quarta-feira, dia dezessete, para considerar aprovadas, as referidas atas. Na seqüência a conselheira Maria Izabel solicitou a inversão da pauta, começando pelos assuntos menos demorados para depois entrar no item Conferência. O presidente do Conanda, conselheiro Fernando, diante da total ausência dos conselheiros governamentais, propôs suspender a assembléia, que foi retomada somente às dez horas e trinta minutos, com a composição da representação de governamental. O Presidente deu dois informes: o primeiro foi em relação a reunião do dia anterior com os representantes da sociedade civil onde discutiram sobre a proposta para o orçamento que para 2006 é menor do que o de 2005, e assim como a proposta enviada, pelo Conanda, no mês passado para composição do orçamento 2006. O outro informe foi sobre a falta de recursos para a realização da conferência. Informou que estavam aproveitando a oportunidade de ter a presença do Dr Mário Mamede, atual Secretário Especial dos Direitos Humanos, que fez um esforço para mudar sua agenda a fim de poder participar da reunião. Nesse momento, convidou-o para fazer parte da mesa em reunião fechada, onde discutiram sobre a conjuntura

atual da Secretaria de Direitos Humanos. Os encaminhamentos foram os seguintes: 1) Que a secretária Márcia Lopes, juntamente com o Dr Mário Mamede sejam convidados para participar de uma discussão na assembléia de setembro, o lugar do Sistema de Garantia de Direitos no Governo Federal; 2) Proposta da Conselheira Maria Izabel, de organizar as informações de 1995 até 2005 para o Orçamento da Criança e Adolescente da SPDCA e Fundo Nacional, convocar uma coletiva com os meios de comunicação para amanhã às onze horas; 3) Adendo do conselheiro Cláudio à proposta da conselheira Maria Izabel, de convidar a Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, a Deputada Irene Lopes ou o Conanda ir até ela para se colocar à disposição para contribuir com a comissão. 4) Marcar Audiência com o Ministro Luiz Dulce e a Secretária Executiva Iranete o mais rápido possível. No início da tarde a pauta foi reorganizada tendo a discussão do SINASE e o relato de cinco comissões. VI Conferência: No item VI – Relação dos Delegados, acrescentar representantes de ONG's e OG's; No item VII, orçamento, a proposta foi que a secretaria providencie ofício do Conanda para os quatorze ministérios, solicitando a disponibilização de recursos no caso dos que ainda não se manifestaram. Ainda neste item, deliberação sobre ofício do CONDECA/SP, solicitando posicionamento do CONANDA a respeito da Resolução do CONDECA, estabelecendo Conferências Regionais. A Comissão organizadora da VI Conferência solicitou a Comissão de Legislação uma análise da Resolução para subsidiar a decisão da plenária, tanto politicamente quanto legalmente. Mediante isso, a comissão decidiu oficial nos seguintes termos: 1) Que o documento exarado pelo CONANDA, é um texto base e orientativo e o entendimento é de que as conferências regionais, definidas no documento, terão como plenário, delegados municipais indicados para tal nas suas conferências municipais, municiados do regimento interno para a conferência que deverá ser aprovado naquele plenário no início da mesa. 2) De ter convicção que o assunto pautado no ofício, será ainda merecedor de um entendimento harmonioso entre o Fórum Estadual e o CONDECA, visando o fim proposto de ambos os órgãos. Após a apresentação da análise da Comissão de Legislação, vários questionamentos foram levantados. O conselheiro Cláudio esclareceu que o documento do CONANDA que diz da realização das conferências, é passado aos conselhos estaduais essa definição de que cada estado define como achar melhor a indicação dos seus delegados. Um outro ponto foi que no documento do CONDECA, um dos itens diz que todo município que se fizer representado na conferência receberá um ponto de bonificação na próxima seleção de projetos para transferência de recursos do fundo estadual do DCA. A plenária entendeu que no caso de São Paulo, o delegado estadual é tirado na conferência regional, não havendo, portanto, divergência. Fez ainda proposta ao plenário quanto à manifestação do CONANDA em relação à bonificação pela participação na conferência. A proposta foi aprovada. Na seqüência, a Sr^a Cristina foi convidada para dar informações sobre a realização do Seminário Preparatório para a VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, promovido pelo CONANDA. Ela falou que foi muito bem aceito e que dezessete conselhos estaduais estariam presentes por puro interesse e compromisso. A mesa seria composta pelo Dr Mário Mamede, pelo presidente José Fernando, o vice-presidente Amarildo Baesso e um representante da Seppir, e teriam quatro palestrantes. O próximo ponto a ser tratado foi o relato das comissões. Comissão de Políticas Públicas: A Relatora, conselheira Miriam, informou que a comissão contou com a presença e participação do Dr Marcelo Campos, Auditor Fiscal do MTE que realizou um breve histórico da concepção da Lei de aprendizagem, 10.097 e do Decreto da Aprendizagem e também sobre a MP 251 que foi iniciativa do MEC. Falou também sobre a extinção dos GECTIPAS (Grupo Especial de Combate ao Trabalho

Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente). O Dr Marcelo também relatou que as dificuldades na fiscalização do trabalho infantil surgiram a partir da mudança promovida pelo Ministério do Planejamento na gratificação dos auditores, por gratificação a partir de pontuação atingidas no cumprimento de metas e que a fiscalização do trabalho infantil não conta pontos na gratificação. A comissão encaminhou a proposta de construção de um documento “incisivo” contrário a pontuação como forma de conseguir gratificação pelos auditores e encaminhar par ao Presidente da República, ao Ministro do Trabalho e ao Ministro do Planejamento, visto que o combate ao trabalho infantil é meta presidencial. Nessa mesma comissão foi discutido o Projeto Oficinas para Conselheiros de Direitos e Tutelares/Funai e tiveram a colaboração da Sr^a Helena de Biasi, apresentando as dificuldades e equívocos nos encaminhamentos dos Conselhos Tutelares aos casos relacionados às crianças e adolescentes indígenas, por falta de conhecimento da cultura destes. Entregou para os conselheiros, material didático que será trabalhado nas oficinas. Sobre Medidas Sócio Educativas, foi discutido a sobrecarga de assuntos pautados na Comissão não tendo possibilitado discussão mais profundas sobre as mesmas. Em relação ao Programa Sentinela, foi entregue à Comissão, a relação dos municípios que não receberam recursos. Em relação a Convivência Familiar e Comunitária, foi argumentado que o documento não está pronto e que a proposta é que ele seja um subsídio para as deliberações na assembléia conjunta CONANDA/CNAS que será realizada no mês de outubro. Para estudar o documento e realizar nova redação foi criado pelo plenário um GT composto pelos conselheiros Helder e José Eduardo com a colaboração dos demais conselheiros, via e-mail até o final de agosto. Nos informes da comissão o Ministério Público Federal e do Estado do Rio de Janeiro convidaram o CONANDA para participar no dia vinte e quatro de agosto, de audiência pública sobre Programação de TV e Cidadania. Na impossibilidade da participação da representante titular, conselheira Tereza, foi indicada a participação da conselheira suplente, Marta Tonim. Outro informe foi sobre rebelião no Espírito Santo que ainda não tinha sido controlada e foi proposta a presença de um representante do CONANDA, para fazer uma visita. O nome indicado foi o da conselheira Júlia. A proposta foi aprovada. Comissão de Articulação e Comunicação – Com a ausência justificada, da relatora conselheira Andréia, o relatório foi lido pela conselheira Elizabete. Foi apresentada a proposta de realizar evento de comemoração do convênio firmado entre a ANDI e o CONANDA, “Qualificando a Mídia em Favor da Criança e do Adolescente”, utilizando uma hora do tempo da plenária de setembro para esse fim. A proposta foi aprovada. Em relação a revisão do texto das Recomendações relativas aos Parâmetros para a Criação dos Conselhos de Direitos, será feito a distribuição do texto revisado pela comissão, para leitura dos conselheiros e definição de destaques que serão considerados na assembléia de setembro. Ainda sobre os Parâmetros, a Comissão decidiu acolher fora do prazo, por deferência, as contribuições encaminhadas pelo Fórum DCA do Rio Grande do Sul. As várias sugestões de alteração foram individualmente avaliadas e rejeitadas, pois versavam todas sobre dificuldades que podem apresentar-se a um Conselho, mas que precisam ser dirimidas politicamente e não normativamente. Nesse sentido, a Comissão recomendou que o CONANDA responda por escrito, ao documento. Quanto as Cartilhas Passo a Passo, o conselheiro Helder propôs que o CONANDA delegue à Comissão, a aprovação, com as contribuições que deverão ser enviadas até o final do mês de agosto. Proposta, aprovada. Ainda neste ponto, a conselheira Maria das Graças propôs a realização de uma oficina, antes da discussão e elaboração da proposta dos Parâmetros para que o assunto possa ser melhor discutido. Ficou deliberado então, que a proposta da oficina será apresentada na assembléia de setembro para

ser realizada em outubro. O último ponto discutido pela Comissão foi a avaliação sobre a transferência do texto dos Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Fundos da Infância e Adolescente. A Comissão entendeu que o texto deve ser mantido e convida Conselheiros da Comissão de Legislação e Regulamentação para participar das discussões e auxiliar tecnicamente. A relatora informou que a Comissão está indicando a necessidade de aumentar o número de representante governamental na comissão, sugerindo o nome do Sr Napoleão. O presidente informou que não seria possível a sugestão do nome do Sr Napoleão, pois o mesmo não é mais conselheiro. Foi deliberado fazer-se um levantamento dos representantes do governo para uma nova distribuição. Comissão de Legislação e Regulamentação: A conselheira Luiza fez a leitura do relatório, dando maior destaque aos itens que precisavam ser deliberados. Posição do Conanda com relação à música "Por que não?" O plenário aprovou a proposta da comissão, que é de elaborar um documento, para ser encaminhado ao Ministério Público, Promotoria da Infância de Porto Alegre, onde já tramitam os inquéritos, manifestando a preocupação do Conanda com relação ao assunto. Sobre o parecer do Conanda, com relação às Creches, PEC do Fundeb, o plenário decidiu que será elaborado pelas conselheiras Maria Izabel e Marta Tonin, um documento com o posicionamento do Conanda, para ser apresentado na próxima plenária. Em relação ao PL-Extensão do Prazo de Licença Maternidade de quatro, para seis meses, o plenário entendeu que o Conanda já apóia a iniciativa ficando a conselheira Marta Tonin responsável pela elaboração do documento com as propostas de emenda do Conanda ao PL e fazer o parecer. Consulta do CMDC-Manaus, através de ofício encaminhado ao Conanda questionando se este Conselho teria alguma proibição em relação a um Conselheiro Tutelar daquele estado, para exercer a função de Conselheiro de Direitos estando licenciado do Cargo de Conselheiro Tutelar e se pode se candidatar à Presidência do Conselho de Direitos. O entendimento do plenário foi de que entende-se assegurado o direito do exercício do servidor, visto que o mesmo, de acordo com a correspondência, encontra-se licenciado da sua função de Conselheiro Tutelar. Comissão de Orçamento. O relator, conselheiro Pedro, apresentou o primeiro grupo de projetos avaliados pela comissão que foi o Programa e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Este grupo é composto de oito projetos classificados como A2, projetos aprovados aguardando descontingenciamento. O segundo grupo, Ação de capacitação, são três projetos classificados como B, projetos aprovados conforme edital, porém não serão executados por falta de verba. O terceiro grupo, Programa de Enfrentamento Sexual, contendo três projetos, sendo que dois foram aprovados na classificação B e o terceiro, reprovado por não ter cumprido o prazo. Após grande discussão, o plenário decidiu que os projetos estão aprovados, necessitando distribuir nova planilha num modelo melhor detalhado. Sobre os Projetos de Chancela são oito projetos de chancela com o Ministério do Esporte, sendo que seis foram aprovados e dois reprovados. Em princípio, estão aprovados necessitando de esclarecimentos em relação a algumas dúvidas levantadas, para que o convênio possa ser firmado. O último ponto foi sobre solicitação que o Ministério do Esporte fez à Secretaria. A proposta da comissão é passar somente a gestão dos convênios para o Ministério dos Esportes já tendo sido feito uma consulta jurídica, sobre a existência dessa possibilidade. Informes: CONDECA/SP – foi feito uma audiência (Dr Fernando e Dr Amarildo) com o Secretário de Justiça de São Paulo no dia 28 de julho, para tratar dos assuntos da eleição da representação da sociedade civil no Condeca, Febem e transferências de adolescentes para a Penitenciária de Tupi Paulista. Em relação ao CONDECA, verificou-se que a lei é inconstitucional e é necessário que o governador mande um projeto para a Assembléia Legislativa, fazendo as correções. O

representante do governador concordou em fazer este encaminhamento. Em relação a Febem, foi feito um relato desde 1996. Foi proposto, a constituição de um grupo, formado pela Secretaria de Justiça dos Direitos Humanos, Conselho Estadual de São Paulo, Presidência da Febem, Fórum DCA – SP e Conanda, para criar uma agenda de trabalho com sugestão da primeira reunião para vinte e cinco de agosto. Nesse momento o plenário já indicou o nome dos dois participantes pelo Conanda. Conselheiros Cláudio e Fernando. O conselheiro Renato propôs que essa mesma comissão respondesse a um pedido feito pela Corte Interamericana, que solicita um parecer sobre a Febem. Finalizando, foi constituída uma comissão para tratar ações emergenciais do Caje e Febem. Não tendo mais nada a ser tratado, o senhor presidente José Fernando agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pelo presidente do CONANDA.

JOSÉ FERNANDO DA SILVA